



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Crédito e Estudos Econômicos
Coordenação-Geral de Estudos e Análises

Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 106

31/03/2017

1. Transposição do São Francisco.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco está sob a responsabilidade do Governo Federal e tem o objetivo de direcionar parte das águas do Rio para o Semiárido Nordestino. O Projeto prevê, basicamente, a captação e o transporte da água do Rio com o uso de canais de concreto, galerias subterrâneas, bombeamento hidráulico e a criação de reservatórios, de forma a garantir o abastecimento de rios e açudes nas áreas mais secas. O modelo atual prevê o desvio entre 1% e 3% das águas do São Francisco, com intuito de abastecer rios temporários e açudes que secam durante o período de estiagem.

Apesar de as obras terem tido início neste século, a ideia da transposição começou a ser discutida há dois séculos, em 1847, por intelectuais do Império de Dom Pedro II. O Projeto atual previu a construção de dois eixos com um total de 477 quilômetros de extensão. O do Norte, em fase de conclusão, com 260 quilômetros, e o do Leste, com 217 quilômetros. Este último foi inaugurado no dia 10 deste mês, com a chegada da água em Monteiro (PB). O Eixo Norte captará as águas em Cabrobó (PE) e irá levá-las ao sertão de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. O Eixo Leste capta água em Floresta (PE), na barragem de Itaparica, e beneficia parte dos municípios de Pernambuco e Paraíba, conforme representado na Figura 1. Segundo o governo, esses canais garantirão a segurança hídrica a 12 milhões de pessoas em 390 municípios. A obra iniciou-se em 2007, sob forte oposição, especialmente de ambientalistas. Esperavam concluir em três anos (2010) a um custo nominal de R\$ 4,8 bilhões, todavia, o custo total ficou em torno de R\$ 10 bilhões e a obra deve estar totalmente concluída ao final de 2017.

As águas do São Francisco chegaram à cidade de Monteiro, na Paraíba, no início da noite do dia oito do mês corrente. Essa mesma água também beneficia o estado de Pernambuco. As obras do Eixo Leste vão garantir segurança hídrica a 168 municípios dos dois estados, favorecendo 4,5 milhões de pessoas. As informações foram divulgadas pela assessoria de imprensa do Ministério Público Federal, que acompanhou a chegada da água. O Secretário Nacional de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, durante reunião em Sertânia, também confirmou a informação.

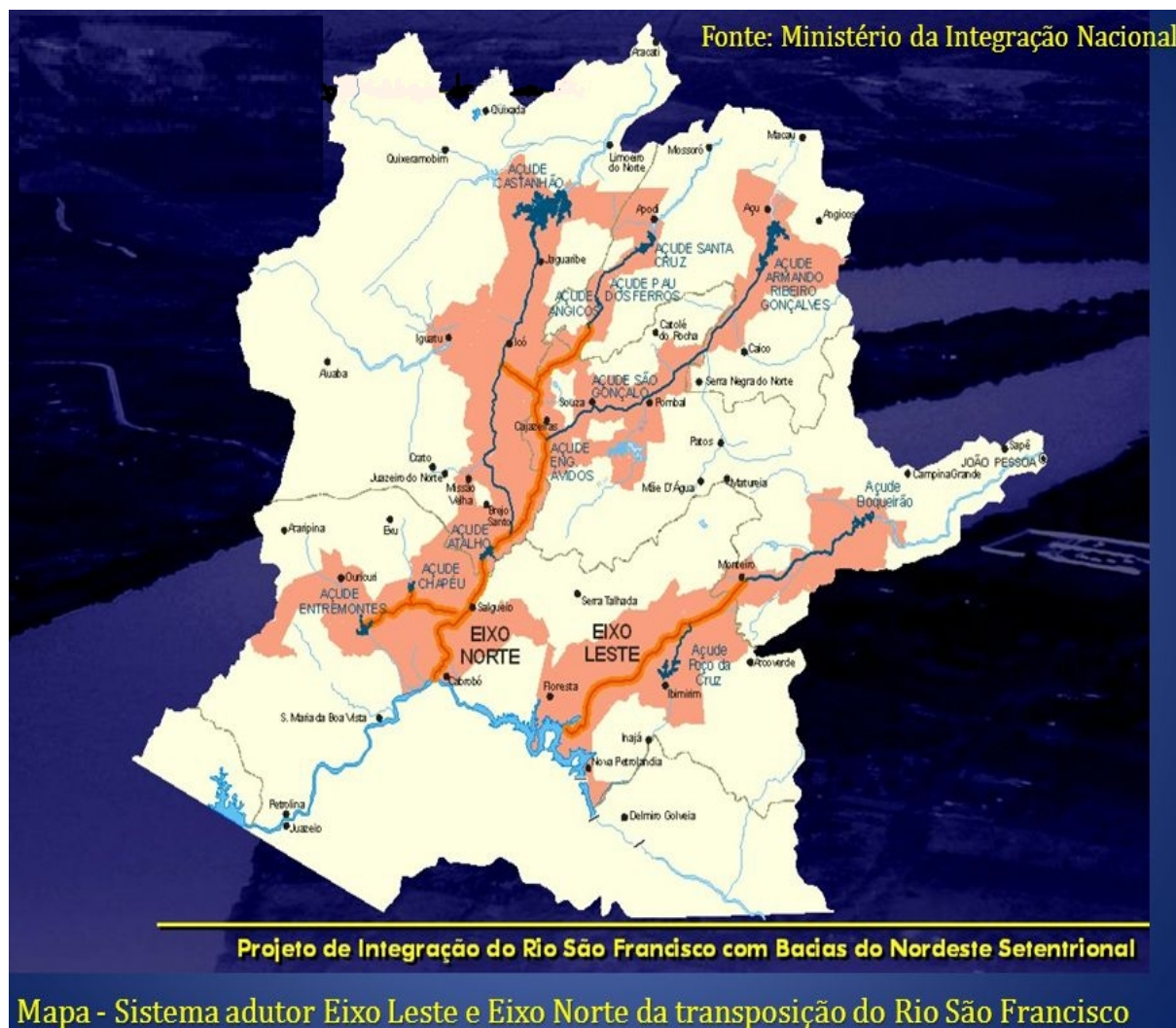
De acordo com o Palácio do Planalto, somente nos últimos 10 meses, foram destinados R\$602 milhões para o andamento das obras.

Em 20 de março, as águas da transposição do São Francisco, eixo leste, chegaram ao açude de Camalaú, o terceiro reservatório no caminho, após Monteiro (PB). De acordo com a Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (Aesa), que divulgou a informação, a água deve seguir para o açude Epitácio Pessoa, conhecido como Açude de Boqueirão, no Cariri paraibano. A Aesa, também, constatou que as águas não vieram em grande quantidade. O motivo, segundo o presidente da Aesa, é que os órgãos de gestão ainda estão usando uma vazão reduzida na transposição, por causa de um problema na estação elevatória 6, que fica na cidade de Sertânia, em Pernambuco.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Crédito e Estudos Econômicos
Coordenação-Geral de Estudos e Análises

Figura 1 – Caminho das águas do São Francisco nos eixos Leste e Norte.



Fonte: Instituto Internacional de Economia (com adaptações).

2. A Transposição do São Francisco e algumas questões a serem resolvidas.

No dia três de março deste ano, ocorreu um rompimento parcial na barragem do Barreiro. Tal fato promoveu prejuízos a muitas famílias em Sertânia (PE). Os estragos podem ser vistos no caminho da barragem, na PE-320. Uma ponte foi levada por causa da força das águas. Moradores do local contam que a água chegou a uma distância superior a 5 km. Não houve relato de pessoas feridas, apenas de animais, devido à força dos destroços. Além da perda de muitos animais, que morreram ou foram carregados pelas águas, plantações inteiras, poços, máquinas e cercas foram completamente destruídos.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Crédito e Estudos Econômicos
Coordenação-Geral de Estudos e Análises

O incidente no reservatório – destinado a acumular água do recém-inaugurado Eixo Leste da transposição do São Francisco – foi bem maior do que o que chegou a ser divulgado. O Ministério da Integração Nacional afirma que monitora e acompanha de perto o acontecimento, a fim de indenizar, o mais breve possível, a população afetada pelo vazamento. Assegura que o pagamento é de responsabilidade das empresas responsáveis pela construção da barragem.

Segundo o Ministério, o consórcio Bacia do São Francisco – formado pelas construtoras S.A. Paulista e FBS – já cadastrou as propriedades a serem ressarcidas e acionou a empresa seguradora do empreendimento. A previsão do órgão é que, em até 30 dias, esse processo seja concluído e os valores identificados para o pagamento às famílias sejam repassados.

O Ministério da Integração garante que as empresas responsáveis pela obra já fizeram um dique provisório dentro do reservatório. "O projeto de recuperação definitiva da barragem deve ser finalizado até o próximo mês para que sejam iniciadas as obras", esclarece.

Outros pontos, com relação à pendências na obra da transposição, são a falta de revitalização do Rio e o despreço pela negociação com as comunidades afetadas. Sem o esgoto prometido e sem a revitalização das margens e nascentes, o Rio, que sofre com a crise hídrica, terá parte de suas águas desviadas sem qualquer melhoria das margens e nascentes nesses anos de obras.

O projeto também sofre contestações jurídicas e sociais. Há 14 ações no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a transposição. Essas ações dizem respeito à paralisação das obras, aos danos ambientais, ao uso dos recursos públicos, entre outros motivos. A maioria é, ainda, de 2005 e 2007, mas não foram apreciadas. Elas estão, agora, sob relatoria do ministro do Supremo.

Desde o início das obras, os ministérios públicos Federal e Estadual, da Bahia, atuam em conjunto no programa de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI). Juntos, eles identificaram uma série de problemas nas obras de implantação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário na Bahia, que prejudicam o Rio e que não foram resolvidos ao longo da obra.

Neste mês, ambos os Ministérios Públicos pediram a conclusão do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). A atuação da FPI comprova que o relatório da própria Codevasf, de outubro de 2016, aponta nove obras do programa concluídas e sem operação, além de outras dez paralisadas.

A promotora que atua na fiscalização do Rio, desde o início da FPI, constata que "O Rio não está melhor de modo nenhum. O São Francisco passa por crise hídrica e ambiental muito séria, não só por falta de chuva, mas por gestão". Expõe ainda que "Falta implementação de políticas de gestão. Não há planos feitos de bacias, as outorgas são discricionárias, não fazem cálculo de impacto. Há uma situação de descontrole do uso da água da bacia, principalmente em relação aos afluentes, mas também na calha do rio."



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Crédito e Estudos Econômicos
Coordenação-Geral de Estudos e Análises

A coordenadora da FPI em Alagoas diz que, no Estado, a fiscalização já passou por 43 dos 50 municípios da bacia e sempre são encontrados problemas ambientais graves na parte de baixo do São Francisco. "Não teve um município fiscalizado que tivesse com o saneamento completo. Teve um empreendimento, que observamos, que lança o esgoto e, mais adiante no rio, ele capta a água que poluiu", relata. Além disso, constata que "as pessoas precisam do rio, só que muitas vezes não têm consciência de como zelar e cuidar dele. Por isso a FPI tem uma equipe de educação ambiental. Mas faltam programas que contemplem todos os aspectos do São Francisco".

O Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco continua cobrando a promessa de que, para cada centavo que fosse aplicado na transposição, outro centavo seria aplicado na revitalização.

Em agosto de 2016, o novo governo lançou um novo plano de revitalização, prometendo investir R\$ 10 bilhões em obras de revitalização até 2026. Mas o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco conta que ainda não houve uma reunião técnica do comitê gestor nomeado para tratar do tema. Segundo o presidente do Comitê "Os governadores de Minas, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe têm de somar para fazer funcionar esse programa da revitalização. Não vejo nenhum governador se mobilizando. É como se a bacia não fosse aqui. E é uma luta muito complicada porque o comitê não pode fazer isso sozinho".